

prepara fecho de ouro e

Brasília — José Varella

Governo

8 □ 1º caderno □ domingo

Brasília — No final da manhã e no início da noite de terça-feira passada, o Senador Carlos Chiarelli (PDS-RS) defendeu junto aos Ministros Dâniel Venturini, do Conselho de Segurança Nacional, e Rubem Ludwig, do Gabinete Militar, a aplicação pelo Governo, durante dez meses, de Cr\$ 32 bilhões, para comprar um excedente de carvão gaúcho. E terminou suas audiências sempre pela mesma frase: "Além do mais, o Governo só vai arcar com a metade desse gasto, a outra metade fica para o próximo".

Precisamente naquele dia, o Senador Marco Maciel — principal articulador da Frente Liberal —, sem saber das idas de Chiarelli ao Palácio do Planalto, meditava sobre atitudes como a do Senador gaúcho. Na manhã de quinta, conversando com amigos no Congresso, ele confessava que dois dias antes já pensara "em escalar um deputado para fazer essa denúncia": a dos gastos assumidos pelo Governo Figueiredo que explodiriam como bombas de retardador no colo do próximo Governo.

CUSTOS

Nas preocupações de Maciel, das oposições e também dos malufistas os 16 bilhões de cruzeiros para o carvão gaúcho aparecem como um fio d'água, comparados à torrente de problemas que as autoridades econômicas que assumirem a 15 de março de 1985 terão de enfrentar. Maior crônico como o déficit da Previdência Social, projetos paliativos como o bônus do BNH, ou soluções mais arranjadas como o Estatuto dos Servidores Públicos são apenas alguns deles.

"Nós vivemos no país dos vendedores de ilusões e dos fazedores de medo", suspirou desanimado, esta semana, o diretor-geral do DASP, José Carlos Freire. A herança que os dois tipos ilustrados por Freire deixam ao sucessor do Presidente João Figueiredo não é mesmo de animar ninguém. A dívida interna, que deve, necessariamente, ser agora contabilizada em moeda estrangeira, atinge já os 27 bilhões de dólares. Com apenas dois dos projetos do Governo — o do estatuto dos servidores e do bônus do BNH — essa dívida é alimentada em mais de Cr\$ 3 trilhões 500 bilhões de cruzeiros, em valores de hoje.

O bônus que dará alívio momentâneo a boa parte dos 3 milhões 500 mil mutuários do Sistema Financeiro de Habitação, já está aprovado. Os cofres do próximo Governo, do que vier depois dele — e de um terceiro, se o mandato presidencial for reduzido a quatro anos — terão que reservar, nos custos atuais, Cr\$ 200 bilhões anuais, para amenizar o sofrimento dos mutuários por cerca de 12 meses.

Já o Estatuto dos Servidores Públicos completou seu terceiro aniversário nas gavetas da

Seplan, depois de ter sido apresentado na Comissão de Servidores Públicos da Câmara dos Deputados. Aos que se interessam pelo assunto, o diretor-geral do DASP continua a distribuir cópias de seu trabalho, mandadas preparar em 1981. Mas as capas de plástico alaranjado estão já impregnadas de poeira e as etiquetas amarelas.

Freire não reconhece publicamente, mas a amigos, tem manifestado sua esperança de que Figueiredo aprove, até o fim de seu mandato, ao menos o 13º salário para os servidores estatutários — cerca de 300 mil funcionários federais e autárquicos — uns Cr\$ 800 bilhões, sempre em valores de hoje. "Eu tenho tentado convencer o Presidente de que ele não pode passar o Governo como o verugo dos servidores públicos", revelou Freire a um de seus interlocutores, há quatro dias.

OPOSIÇÃO

Os planos do Governo, que vão repercutir tão drasticamente no próximo, provocam no experiente Senador Virgílio Távora (PDS-CE), vice-líder do Governo no Senado e malufista convicto, uma única reação: o emudecimento. Távora passa um longo minuto antes de balbuciar as primeiras palavras: "Essas despesas declaradas tão necessárias..." — interrompe sua declaração, gasta mais algumas dezenas de segundos e dá o desfecho: "Têm de ser muito meditadas, mas muito mesmo".

Depois disso, o velho caci-que político cearense sorri e diz quase em surdina: "Você sabe que para mim é difícil comentar

a Comissão de Orçamento para, "denunciar os encargos absurdos que estão sendo embutidos no próximo orçamento".

O líder do PMDB descarta qualquer intenção do Governo em ajudar seu candidato no Colégio Eleitoral, promovendo iniciativas no campo social às vésperas de um fim de mandato e do Colégio Eleitoral: "Eles estão fazendo isso só para que os ministros possam deixar com um pouco de dignidade seus cargos".

Para Freitas Nobre, o maior perigo é o do sucessor de Figueiredo "ficar impossibilitado até de pagar o funcionalismo em seu primeiro ano de governo, e é isso que nós vamos denunciar".

PREVIDÊNCIA

O que talvez nem Freitas Nobre, Marco Maciel ou Virgílio Távora imaginem corretamente é o legado da Previdência Social. A amigos, o Ministro Jarbas Passarinho tem dito que, para sua administração, o melhor mesmo seria que o Congresso aprovasse o projeto de lei original do Senador Nelson Carneiro (PTB-RJ), que determina o reajuste de todos os salários em 100% do INPC.

Há dez dias ele comunicou por telefone, ao líder do PDS na Câmara, Deputado Nelson Marchezan: com a emenda aceita pela Seplan, que mantém os 100% do INPC para quem ganha até três salários mínimos, e dá 80% do INPC para os que ganham acima dessa faixa, ficando os 20% restantes por conta da livre negociação, o acréscimo de arrecadação da previdência seria de, aproximadamente, Cr\$ 1 trilhão.

Esse trilhão seria bem-vindo e serviria para sanear 60% do déficit da Previdência, se o regime de austeridade econômica implantado na área não tivesse sido abalado por novas reivindicações salariais — com o emprego de greves —, e por um inesperado aumento de 30% no volume de internações no sistema hospitalar do INAMPS. Para piorar a situação de Passarinho, a emenda Marchezan — que acabou por suplantar o projeto de Nelson Carneiro — sequer conseguiu ser aprovada na Câmara.

Em meio a tudo isso, cortam os ares de Brasília às farpas partidárias. Na quinta-feira, ao saber que o Senador Marco Maciel já articula também uma denúncia por parte da Frente Liberal sobre a triste herança financeira do Governo Figueiredo, o jornalista, advogado e professor Freitas Nobre, um deputado baixinho que nasceu no Ceará e fez carreira política em São Paulo, pisca o olho e diz com sorriso matreiro: "Se ele já está querendo fazer essa denúncia, é porque pensa em ser Ministro, não é?".

sucessor paga conta

São Paulo — Isaias Feitosa

JORNAL DO BRASIL



tar essas coisas". Quando fica sabendo da esperança de Freire em aprovar ao menos o 13º salário para os servidores públicos federais, Távora, no entanto, não se contém e comenta: "Quando eles derem isso para os federais, você já pensou qual vai ser a repercussão entre os servidores estaduais?" O senador fala com a experiência de quem já foi, por duas vezes, governador de Estado. Se os malufistas sabem das dificuldades que os esperam e se sentem constrangidos para fazer qualquer comentário, os pemedebistas estão à vontade para levantar mais essa bandeira, na campanha de seu candidato ao colégio eleitoral. No princípio da tarde de quinta-feira última, o líder do PMDB na Câmara, Deputado Freitas Nobre, determinava a um de seus assessores que convocasse

ROBERTO LOPES